



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 3512 - SP (2021/0216660-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
REQUERENTE : JOEL JOSE DE SOUZA
ADVOGADO : ANA CAROLAI COSTA DA SILVA - SP402596
REQUERIDO : IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA CONTINENTAL EIRELI
ADVOGADO : CLAUDIA GEANFRANCISCO NUCCI - SP153892

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela de urgência formulado por JOEL JOSE DE SOUZA.

O requerente alega que, nos termos do art. 311, a tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

Pleiteia "com urgência que seja aplicada no caso em testilha, concedendo a tutela da evidência para os efeitos da concessão parcial da liminar inaudita alteram parte decorrente da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 828/DF, relatado pelo ilustre Ministro LUIS ROBERTO BARROSO, SUSPENDENDO-SE PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, CONFORME DETERMINADO, nos termos do art. 9º, Parágrafo Único, inciso II, do Código de Processo Civil".

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos dos arts. 1.027, § 2º, 1.028, §§ 2º e 3º, e 1.029, § 5º, III, do Código de Processo Civil, a competência para apreciar o pedido de tutela provisória para suspender o processo na origem somente se transfere ao Superior Tribunal de Justiça após o processamento do recurso especial pelo Tribunal de origem.

O STJ admite o abrandamento da incidência das Súmulas n. 634 e 635 do STF e, por conseguinte, o processamento das tutelas cautelares relativas a recursos especiais pendentes de juízo de admissibilidade na origem para coibir a eficácia de decisão teratológica ou em manifesta contrariedade à jurisprudência assentada pela Corte (AgInt na Pet n. 13.316/MT, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 3/8/2020).

No caso, a parte, não obstante tenha protocolado ação de Tutela Provisória, nas suas razões e pedido, faz referência a pedido de Tutela de Evidência referenciada à

ação constitucional ADPF 828/DF, esvaziando a competência do Superior Tribunal de Justiça para analisar o pedido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ, indefiro o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente